

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

DANIELA DE ANDRADE DA SILVA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS:
(RE) PENSANDO A DEMANDA REPRIMIDA DO SERVIÇO DE
ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA, AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA**

FLORIANÓPOLIS

2009/2

DANIELA DE ANDRADE DA SILVA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS:
(RE) PENSANDO A DEMANDA REPRIMIDA DO SERVIÇO DE
ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA, AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Msc. Cleide Gessele.

**FLORIANÓPOLIS/SC
2009/2**

DANIELA DE ANDRADE DA SILVA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS:
(RE) PENSANDO A DEMANDA REPRIMIDA DO SERVIÇO DE
ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA, AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social e aprovado atendendo às normas da lei vigente da Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social em 10 de dezembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA:

Profa Msc. Cleide Gessele-Orientadora (UFSC)
Presidente

Profa Msc. Naldir da Silva Alexandre (UFSC)
1ª Examinadora

Assistente Social Andreia Burlin- CRESS-4231/12º Região
2ª Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e sempre agradeço a Deus, por me dar forças para concluir essa caminhada. Por ter me inspirado em momentos em que senti fraquejar. Obrigada por ter colocado as oportunidades em meu caminho.

Quero expressar meus sentimentos de gratidão a todos aqueles que estiveram presentes durante os quatro anos de minha formação acadêmica.

Ao meu querido marido Mário. Meu companheiro incansável, que sempre me apoiou, incentivou e compreendeu em minhas ausências e cansaço. Saiba que todas as minhas conquistas são também as suas. Você é muito especial...Te amo infinito.

Aos meus amados pais pelo amor, preocupação, apoio e por renunciar seu tempo muitas vezes por minha causa...E por me ensinarem os verdadeiros valores da vida: respeito, honestidade e humildade. Vocês são demais e dedico toda minha gratidão...Tenho muito orgulho de vocês e os amo muito.

Às minhas irmãs, cunhados e sobrinhos que contribuíram e torceram de alguma forma pelo meu crescimento.

Aos meus queridos amigos-irmãos e em especial ao Pierezan e Nádia, Jurandir e Ivete, Gilberto e Mari, Daniel e Zizi, pessoas queridas que estiveram tão presentes nestes quatro anos de academia... Não posso esquecer a forcinha do Heron e da Ezir e dedicar a eles um trecho de uma música especial "... Somos um corpo bem ajustado, totalmente ligados, unidos, vivendo em amor, uma família sem qualquer falsidade, vivendo a verdade, expressando a glória do Senhor".

Às minhas grandes e inesquecíveis amigas de curso, Tatiana, Camila, Paula, Paola...Irá ficar na memória quantos momentos bons, quantas risadas gostosas e quantas comidas deliciosas compartilhamos juntas...E também à Leandra, Patrícia, Gisele, Alice, Jozi, Dani, pessoas muito especiais que conheci neste percurso.

À minha supervisora de estágio Andreia Burlin. Profissional que tive como referência durante o período de estágio curricular. Obrigada pela atenção e comprometimento.

A todas as profissionais do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, pela troca de experiências.

À minha querida orientadora Cleide Gessele, por ter aceitado o convite em me orientar nesta etapa final de graduação. Obrigada pela disponibilidade, compromisso e atenção.

Enfim, a todos que contribuíram para a concretização deste trabalho, muito obrigada!

Não se deve pensar que todo o cuidado de si, como eixo principal da arte de vida, fosse reservado somente aos adultos (Foucault, 2004:111).

RESUMO

A partir da experiência vivenciada no estágio curricular obrigatório, no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no município de Palhoça, inciou-se um processo de observação em relação ao considerável número de crianças e adolescentes vítimas de suspeita de abuso sexual que se encontram em lista de espera por atendimento especializado nesta Instituição. Elucidamos, portanto, através da primeira seção os direitos dessas crianças e adolescentes preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, os procedimentos realizados pelas técnicas durante a efetivação do trabalho realizado, bem como a experiência de estágio. Em seguida, faz-se uma explanação sobre a temática violência doméstica e seus desdobramentos: violência física, violência psicológica, negligência e mais especificamente a violência sexual. Por fim, foi realizada uma pesquisa documental da demanda reprimida, com finalidade de retratar o perfil das crianças e adolescentes vítimas de suspeita de abuso sexual, bem como a percepção de três profissionais, uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga acerca da demanda reprimida deste Serviço.

Palavras-chave: criança e adolescente, proteção social, demanda reprimida, violência doméstica.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Gênero de crianças e adolescentes na demanda reprimida	41
Tabela 2: Faixa etária	42
Tabela 3 Proximidade entre vítima e agressor:	44
Tabela 4: Bairros do município de Palhoça	46
Tabela 5: Tempo de Espera	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Projetos para atender as famílias inseridas no Serviço	22
Quadro 2: Indicadores de violência sexual	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
SEÇÃO I	
SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA, AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: LÓCUS DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	12
1.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente	12
1.2 O Serviço de Enfrentamento a Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Município de Palhoça	16
1.3 A Experiência de Estágio em Serviço Social no Serviço de Enfrentamento a Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	23
SEÇÃO II	
A VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	29
2.1 Modalidades de Violência Doméstica.....	29
2.2 Violência Doméstica e seus Desdobramentos.....	31
SEÇÃO III	40
DEMANDA REPRIMIDA ENQUANTO VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
3.1 Trajetória Metodológica da Pesquisa	40
3.2 Interpretação e Diagnóstico dos Dados	41
3.3 A Concepção da Demanda Reprimida trazida pelas Técnicas do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
ANEXO	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado final do curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. A partir da experiência de estágio curricular obrigatório I e II realizado no período de março a dezembro de 2009 no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Palhoça que está vinculada à Política Municipal de Assistência Social no âmbito da Proteção Social de Média Complexidade, foi possível escolher a temática deste trabalho objetivando entender com mais propriedade o tema violência doméstica, em especial a violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes no município de Palhoça, bem como se propõe caracterizar as denúncias registradas e que foram encaminhadas para a demanda reprimida deste Serviço.

No decorrer do processo de estágio, foi possível acompanhar as atribuições da equipe multidisciplinar deste Serviço em especial do Serviço Social que consiste em realizar o acolhimento às famílias, os atendimentos as crianças e adolescentes e seus membros familiares, as visitas domiciliares e institucionais, os encaminhamentos às políticas de apoio existentes no município, elaboração de relatórios situacionais, o registro de todas informações adquiridas durante o processo em que a família permanece no Serviço e os estudos de caso, que são encontros semanais em que as técnicas socializam informações e fazem encaminhamentos dos casos atendidos e constroem possibilidades.

O Estatuto da Criança e o Adolescente aponta os direitos de proteção integral que devem ser cumpridos por todos aqueles que fazem parte da vida dessas crianças e adolescentes e também aponta os deveres dos atores sociais em relação ao cumprimento dos direitos contidos nesta lei.

O referido estudo faz a abordagem metodológica de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa em relação à demanda reprimida deste Serviço e teve como objetivo apresentar dados como tempo de espera, faixa etária, gênero e proximidade da vítima com o agressor, bairros de maior incidência de denúncias do município de Palhoça e ainda buscar refletir sobre a opinião técnica de três profissionais, uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga, acerca desta demanda.

Diante disso, o referido trabalho estrutura-se em três seções para que seja possível à partir de uma análise teórica, (re) pensar o índice da demanda reprimida deste Serviço.

A primeira seção descreve brevemente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as ações que são realizadas no acompanhamento das famílias do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e a experiência de estágio curricular obrigatório supervisionado em Serviço Social.

A segunda seção apresenta a temática violência doméstica, ressaltando a violência física, psicológica, a negligência e com maior ênfase a violência sexual contra crianças e adolescentes, afinal é o foco de atendimento do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Por fim, na terceira seção apresentaremos, através das tabelas, dados sobre a demanda reprimida deste Serviço e também a opinião de três técnicas, sendo elas uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga, através de uma entrevista abordando três perguntas com pontos significativos em relação à demanda reprimida.

Ao final são apresentados as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

SEÇÃO I

SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO, A VIOLÊNCIA, AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: LÓCUS DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

1.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente

Através da Constituição Federal de 1988 foi aprovada a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispôs sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, que substituiu o Código de Menores de 1979, trazendo garantia de direitos à população infanto-juvenil, impondo a atuação do Estado de forma preventiva, garantindo à criança e ao adolescente condições para desfrutar de direitos sociais, morais, passando a ser concebidos como sujeito-cidadão. Segundo GESSELE (2001, p. 3),

O Estatuto da Criança e do Adolescente substituiu o Código de Menores, caracterizando-se como instrumento jurídico que visa garantir os direitos de todas as crianças e adolescentes brasileiros. Desta forma, veio fazer valer os direitos de todas as crianças e adolescentes da população que são: direito à vida e à saúde, direito à liberdade, ao respeito e dignidade, direito à convivência familiar e comunitária, direito à educação, cultura, esporte e lazer e direito à profissionalização e à proteção no trabalho. O Estatuto da Criança e do Adolescente representa uma mudança de referenciais e paradigmas importantes na ação da política destinada à população infanto-juvenil encarada, a partir de então, como sujeito de direitos e deveres.

E mais, de acordo com FIRMO (1999, p.32),

O Estatuto cria condições legais para que se desencadeie uma verdadeira revolução, tanto na formulação das políticas públicas para a infância e juventude, como na estrutura e funcionamento dos organismos que atuam na área, inaugurando uma nova etapa do Direito Brasileiro ao adotar a doutrina de proteção integral da criança e do adolescente.

É relevante salientar também que o Estatuto da Criança e do Adolescente, incorporou as emendas da Constituição de 1988, qual aponta que, é dever da família, da sociedade e do

Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A proteção integral à crianças e adolescentes, agora entendidos como sujeitos de direitos, com uma lei que lhes assegura a garantia de seus direitos básicos, bem como a proteção para as situações de maus-tratos físicos e psicológicos, negligência, moradia insalubre, falta de acesso a serviços de saúde e escolares, exploração de trabalho infantil, abandono, violência e exploração sexual, entre outros.

A aplicação, portanto, estabelecida pelo Estatuto é uma maneira de garantir a proteção integral a crianças e adolescentes e conseqüentemente a efetivação dos seus direitos. Castro (2008, p.341) elucida: “as medidas são instrumentos de garantia do direito daquele que está sem o pleno exercício de sua cidadania”.

Procedido, portanto a conceituação de violência contra crianças e adolescentes, o Estatuto aborda nos artigos 129 e 130 as responsabilidades em relação aos pais ou responsável a seus filhos.

O artigo 129 aborda as medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, tendo em vista assegurar à criança ou ao adolescente um ambiente saudável e de total segurança para seus membros, para que estes se desenvolvam de forma plena, no entanto, muitas vezes a violência doméstica acontece dentro do próprio lar, ou seja, violência intrafamiliar, explicitado na seção a seguir deste trabalho.

De acordo com Veronese e Costa (2006, p. 81), a formação da criança, seu crescimento físico, moral e psíquico, depende dos ambientes criados pelos adultos (no lar, os pais), até que adquira sua própria consciência e maturidade.

Já o artigo 130 prevê medidas aplicáveis na hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual imposto pelos pais ou responsável, podendo ocorrer a suspensão do poder familiar, em caráter provisório ou caráter definitivo de causa. Esses meios são utilizados para evitar a reprodução do círculo de violência doméstica. O Estatuto, portanto, requer prioridade absoluta a crianças e adolescentes.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, a atenção para com a infância e adolescência desprotegida levou o Estado a criar ações específicas de cuidado com esses sujeitos, bem como, ações de enfrentamento das violências que adulteram o seu desenvolvimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente situou as crianças e os adolescentes como protagonistas de sua história e não mais como coadjuvantes da história dos adultos. Para viabilizar as ações previstas, tornou-se necessário descentralizar o poder de execução das ações e compartilhar com todos os municípios os recursos destinados a esse fim.

Desta forma, a legislação determinou que cada município instalasse os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria com outras organizações da sociedade civil. A partir dessas regulamentações foram instalados três mil, quatrocentos e setenta e sete Conselhos Tutelares, distribuídos em cinco mil, quinhentos e setenta e oito municípios brasileiros.

Além dos Conselhos Tutelares, outros programas também foram criados visando a efetivação das garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes consideradas em situação de risco, garantias estas expressas no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, como medidas sócio-educativas, através de orientação e apoio sócio-familiar, apoio sócio-educativo em meio aberto, colocação familiar substituta, abrigo, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

O ECA aponta todo um aparato legal sobre o controle social da violação de direitos da criança e do adolescente e também as atribuições dos Conselhos, procedimentos das atividades de atendimento e normas decorrentes da temática.

O Estatuto revela a preocupação com a criança e o adolescente de modo que estes tenham proteção integral e possam usufruir o pleno desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e físicas. A proteção integral segundo Pereira (1996), tem como suporte a Constituição Federal no que diz respeito aos direitos e às garantias fundamentais. Ampara-se ainda no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que dispõe expressamente sobre a proteção integral, em seu artigo primeiro.

O artigo 3º do Estatuto prevê também diretrizes no que se refere à proteção integral de crianças e adolescentes: são assegurados todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana; eles têm direitos à proteção integral a eles dispensada pelo Estatuto; a eles são garantidos todos os instrumentos necessários para a afirmação de seu desenvolvimento físico, mental, moral e espiritual, em condições de liberdade e dignidade.

Além de estabelecer, no artigo 5º, que crianças e adolescentes são titulares dos direitos de liberdade, respeito e dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

E essa responsabilidade cabe ao Estado, à família e à sociedade assumirem, segundo estabelece o ECA em seu artigo 4º, e garantir os direitos das crianças e adolescentes, priorizando a permanência destes no contexto familiar e comunitário,

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à

vida, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

O Estatuto reafirma em seu artigo 19º a importância da convivência da criança ou adolescente dentro do âmbito familiar e relação comunitária,

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária, em ambiente livre de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Porém, se no seio familiar a criança ou adolescente não encontra tais condições necessárias para o pleno desenvolvimento e proteção o Estado deve intervir e prover através de políticas públicas de modo a que assegure os direitos destes. Entretanto, esses direitos muitas vezes são violados até mesmo pela própria sociedade e Estado.

Visto que, quando diagnosticado a violência intrafamiliar ou extrafamiliar as crianças e adolescentes devem ser encaminhadas aos Serviços oferecidos pelo Estado, conforme a Política de Atendimento prevista no Estatuto em seu artigo 86º,

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se à através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

No entanto, essas políticas muitas vezes não dão conta da demanda apresentada, sendo que muitas crianças e adolescentes aguardam em lista de espera por atendimento especializado, permanecendo com seus direitos duplamente violados. Diante disso, a própria lei aqui mencionada como protetiva, não está suprimindo a realidade.

Este fato mencionado é vivenciado no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Palhoça. Este Serviço co-financiado pelo governo Federal atende crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e encontram-se na demanda reprimida deste Serviço, tema abordado no capítulo III deste trabalho.

1.2 O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Município de Palhoça

O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes implantado no município de Palhoça em setembro de 2001 está enquadrado como uma Política de Proteção Social Especial de Média Complexidade e é executado em parceria com o Governo Federal. É um conjunto de ações sociais especializadas e interdisciplinar dirigidas a crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual encaminhadas pelo Conselho Tutelar. O Serviço foi criado para atender à determinação da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e Adolescente - Lei 8069/90, da Lei Orgânica de Assistência Social e faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Em janeiro de 2007, a Coordenação do Sentinela foi informada que a nomenclatura do referido Programa, passaria a se denominar Serviço Sentinela, seguindo o novo reordenamento da Política de Assistência Social. E em junho de 2009, foi informado que a nomenclatura mudaria novamente para Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O público alvo deste Serviço são crianças de 0 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos completos vitimizados pela violência sexual, bem como suas famílias. Seus objetivos estão assim formulados: o objetivo geral garante oferecer atendimento e acompanhamento psicossocial e pedagógico às famílias vítima de violência e exploração sexual infanto-juvenil, encaminhadas pelo Conselho Tutelar do Município de Palhoça, bem como atuar na prevenção de novos casos. E os objetivos específicos, propõem: a) garantir assistência social básica às famílias atendidas neste serviço; b) garantir atendimento psicológico sistemático às famílias atendidas neste serviço; c) garantir atendimento pedagógico sistemático às crianças e adolescentes atendidos neste serviço; d) propiciar atendimento psicossocial individual e familiar; e) promover um espaço de reflexão em grupo com as famílias atendidas no Serviço visando à superação das situações de conflito em comum; f) articular ações junto aos programas governamentais existentes no Município, buscando encaminhamento e orientação de acordo com a necessidade de cada caso; g) desenvolver ações sociais especializadas de atendimentos e através da rede de proteção às crianças e aos adolescentes violados sexualmente, proporcionando-lhes serviços que permitem construir, em um processo coletivo, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, em condições dignas de vida; h) realizar levantamento estatístico e análise dos dados; i) garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento social as crianças e adolescentes vitimados sexualmente; j) contribuir para o fortalecimento de ações coletivas de enfrentamento do abuso e da exploração de crianças e adolescentes; k)

sensibilizar e mobilizar a comunidade sobre a importância da notificação dos casos de exploração sexual infanto-juvenil; l) capacitar profissionais que atuam na área da infância e juventude do Município, para compreensão, identificação e notificação dos casos de violência e exploração sexual; m) conscientizar os profissionais da área da infância e juventude sobre a importância da ação interdisciplinar e interinstitucional, estabelecendo um trabalho em rede. (Projeto Técnico do Serviço Sentinela, Palhoça, 2006).

O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente conta com uma equipe mínima de uma coordenadora, três assistentes sociais, duas pedagogas, duas psicólogas, uma recepcionista e duas estagiárias de Serviço Social.

De acordo com LIMA (2004, p. 3),

A ação profissional deve ser definida como um conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/ profissionais de forma responsável, consciente “, sendo ela que coloca em movimento, no âmbito da realidade social, determinados projetos de profissão que, por sua vez, implicam em diferentes concepções de homem, de sociedade e de relações sociais. Assim, a ação profissional contém tanto uma dimensão operativa, quanto uma dimensão ética e expressa, no momento em que é realizada, o processo de apropriação que os profissionais fazem dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico.

Este Serviço atende atualmente 60 famílias que residem em Palhoça, as crianças ou adolescentes são atendidas em função da suspeita ou do abuso ou violência sexual.

A equipe técnica de profissionais do Serviço através do Projeto Técnico definiu o fluxograma de atendimento, bem como as ações que são realizadas no acompanhamento das famílias, tais como: encaminhamento ao Conselho Tutelar; demanda reprimida; acolhimento; observação; entrevista; atendimento psicológico; atendimento pedagógico; atendimento social; estudo de caso; planejamento das ações, desligamento. São realizadas visitas domiciliares às famílias, visitas institucionais quando necessário e elaboração de relatório situacional encaminhado ao Ministério Público quando necessário (situação de risco, abuso confirmação ou não) e quando solicitado aos demais órgãos. Os relatórios de desligamento sempre são encaminhados ao Conselho Tutelar .

Nesse sentido, é relevante esclarecer de forma minuciosa as ações que são realizadas no acompanhamento das famílias.

Em relação à **Demanda Reprimida** esta comporta um quadro atual 104 casos (crianças e adolescentes em lista de espera). Mesmo quando a família é cadastrada em lista de espera, a equipe técnica do Serviço através da leitura do boletim de ocorrência e relatório

situacional (quando existe) advinda do Conselho Tutelar, faz um estudo prévio para avaliar a situação de risco social e/ou pessoal para a criança ou adolescente e quando constatado o risco, de acordo com a idade (prioridade a crianças menores) ou reincidência, é realizado quando possível devido ao limite de 30 famílias por técnica, o contato com a família para o acolhimento.

No **Acolhimento** é realizada uma aproximação com o responsável pontuando sobre o funcionamento do Serviço. Prioriza-se por obter informações para o preenchimento da anamnese¹ social para o prontuário. A anamnese psicológica e pedagógica são preenchidas posteriormente em atendimentos realizados com o responsável. Este momento é efetivado pela equipe multidisciplinar, ou seja, olhares diferentes sobre o mesmo fenômeno, sendo eles uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga.

Em todos os momentos faz-se uso da observação, caracterizado pelo olhar qualificado do profissional em relação ao fenômeno apresentado.

A Anamnese é realizada para obter informações quanto ao contexto do abuso e à dinâmica da família que residem com a criança ou adolescente. Através desta se pode interagir com o usuário e compreender a sua história. Nesse momento dá-se prioridade pela formação de vínculo entre profissional e família. Nesta oportunidade a equipe constroem possibilidades para cada caso, em função da demanda apresentada. Sarmiento (2005, p.34) sugere,

A entrevista tem sido compreendida e realizada como uma conjunção entre técnica e arte, onde o conhecimento e habilidade são o seu principal fator de caracterização, o que significa a garantia de uma atitude profissional em frente ao entrevistado, baseada e fundamentada no princípio de valorização e aceitação da pessoa humana.

Os **Atendimentos individuais ou grupais** são marcados pelas técnicas através de contato telefônico com a família ou através de visitas domiciliares, ou na seqüência dos atendimentos e são sempre agendados quinzenalmente. Os atendimentos são realizados aos membros da família da criança ou adolescente atendidos por este Serviço, quando estes são importantes para entender a dinâmica familiar e quando se dispõem a comparecer.

Durante os atendimentos é sempre esclarecido para a família e em especial para a criança ou adolescente, que todos os diálogos são sigilosos e lhes são reafirmados os direitos que possuem diante do Serviço e das leis de proteção da criança e do adolescente.

¹ Registro pormenorizado sobre as informações fornecidas pelos informantes a respeito dos membros da família.

Através das Reuniões que acontecem semanalmente, é realizado o estudo de caso e é através deste que as técnicas socializam informações sobre os casos atendidos junto à coordenadora deste Serviço e registram os encaminhamentos necessários.

O profissional da psicologia realiza atendimento psicoterapêutico quinzenalmente com a criança ou adolescente e quando necessário realiza visitas domiciliar e institucional para obter elementos para trabalhar com a família. Participação, elaboração e efetivação do grupo psicoterapêutico de mães e adolescentes.

Quanto ao assistente social, realiza o levantamento e encaminhamentos das questões sócio-emergenciais, tais como: atendimento médico, alimentação, entre outros e realizar os encaminhamentos necessários. Visita domiciliar e institucional visando o conhecimento da dinâmica familiar e das redes de proteção da comunidade, buscando efetivar parcerias para a proteção integral da criança e do adolescente, bem como o planejamento das ações junto à equipe multidisciplinar, realizar atendimento sistemático as famílias.

A pedagogia realiza atendimento a criança e ao adolescente referentes à questões pedagógicas, contatos direto com as instituições escolares para o acompanhamento pedagógico e solicitação de relatórios escolares quando necessário.

A equipe multidisciplinar elabora, organiza e ministras campanhas para a conscientização da comunidade, cursos, capacitações e palestras.

Devido as múltiplas demandas apresentadas dentro do grupo familiar o Serviço orienta e encaminha para rede de apoio, como saúde, habitação, trabalho, justiça, previdência e assistência social, buscando realizar o trabalho em rede dentre as referidas áreas de atuação.

Através da **Visita Domiciliar** é possível verificar o contexto em que as famílias estão inseridas, bem como a realidade das mesmas. Em muitos casos a visita domiciliar é a única forma de contato com a família atendida, pois muitas famílias não comparecem aos atendimentos marcados. Segundo Lisboa e Pinheiro (2005), a visita domiciliar é um instrumento muito importante, principalmente em situações que demandam trabalho com a família, exigindo uma aproximação da realidade e um estudo sócio-familiar e, em algumas situações, abordagem com a comunidade e outros componentes que integram a rede de atendimento e proteção da família.

As **Visitas Institucionais** são realizadas com intuito de promover os direitos aos usuários do Serviço, que é a garantia do apoio da rede de assistência, e acompanhar o desempenho dos mesmos diante do compromisso assumido com a instituição (Escolas, Centro de Saúde, Hospitais, Fórum, Delegacia, Ministério Público).

O **Desligamento** ocorre quando todas as demandas referentes a denúncia que gerou o acompanhamento foram trabalhadas. As famílias são desligadas do Serviço pelas seguintes situações: quando a família muda de Município; quando a vítima atingir a maior idade de 18 anos completos; quando entendido que não houve abuso; quando superou o trauma que gerou a denuncia.

Quando ocorre o desligamento da família, as técnicas encaminham ofício ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público informando o motivo do desligamento, bem como, encaminham os prontuários para o arquivo morto que o Serviço dispõe.

De acordo com o Projeto Técnico da Instituição, as atribuições da coordenadoria são: planejar, organizar e administrar junto à equipe os trabalhos desenvolvidos; supervisionar e manter arquivo contendo os dados e relatórios sociais de cada criança e adolescente e suas famílias; facilitar o processo de qualificação profissional dos técnicos envolvidos em todos os eixos; articular a rede de atendimento do princípio legal da “prioridade absoluta”; enviar relatórios de acompanhamento dos casos às autoridades competentes; enviar relatórios à coordenação estadual e federal do Programa; avaliar permanentemente o trabalho executado pela equipe do Programa; viabilizar junto à Prefeitura Municipal de Palhoça, recursos suficientes para o melhor funcionamento dos programas e projetos;

A documentação geral deste Serviço é realizada através de relatórios mensais elaborado pela equipe técnica e relatórios mensais feitos de maneira individual por cada profissional. As documentações mais utilizadas durante o processo de atendimento às famílias são: prontuário da família, que consta a anamnese social, pedagógica e psicológica; a ficha evolutiva que é o registro dos atendimentos e dos demais contatos com a família; um diário que cada categoria profissional dispõe para descrever as atividades diárias com as famílias; relatório sócioeconômico e em anexo com este documento a ficha de encaminhamentos para os usuários obterem serviços gratuitos tais como: documentos em geral, encaminhamentos para solicitar vaga em instituições, ficha de solicitação de vale transporte e cesta básica para a Secretaria de Assistência; ficha para registro de todos os encaminhamentos realizados nos estudos de casos; pedido de vagas em creches, escolas, jornada ampliada, para as crianças e adolescentes; relatórios que devem ser preenchidos pelas Escolas com objetivo de verificar o desenvolvimento intelectual e emocional das crianças e dos adolescentes atendidos no Serviço, a psicologia solicita encaminhamento aos Postos de Saúde para atendimento psicológico à família, afinal o atendimento terapêutico deste Serviço é voltado para a criança ou adolescente vitimizado.

A importância do registro, bem como a leitura e a atualização dos relatórios possibilita obter informações sobre a dinâmica e a composição do grupo familiar a ser atendido pelo Serviço. Os principais projetos elaborados pelo Serviço para atender as famílias podemos visualizar através do Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Projetos para atender as famílias inseridas no Serviço

Projeto de Acompanhamento	Oferecer atendimento e acompanhamento psicossocial e pedagógico as famílias vítimas de violência e exploração sexual infanto-juvenil, encaminhadas pelo Conselho Tutelar do município de Palhoça, bem como atuar na prevenção de novos casos.
Projeto de Fortalecimento da Rede de Proteção	Promover a formação e a mobilização dos segmentos envolvidos na proteção de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência e exploração sexual.
Grupo de Mães	Nos encontros as mães socializam experiências, discussões sobre assuntos relacionados às suas vivências referentes ao abuso sexual dentro de suas famílias.
Grupo de Adolescentes	Neste espaço as técnicas promovem dinâmicas, realizam discussões e socializam informações em relação a sexualidade com as adolescentes do sexo feminino.
Grupo de Crianças	Nos encontros as técnicas realizam atividades lúdicas pautadas no “Projeto Transforma” da doutora Suzan. Tem objetivo de oportunizar um espaço onde as crianças possam desenvolver suas habilidades motoras e emocionais. <u>(aqui pode colocar uma nota de rodapé e explicar o projeto transforma)</u>

Fonte: Projeto Técnico (Palhoça – Maio/2008)

Este projeto foi elaborado pela equipe técnica do referido Serviço a fim de viabilizar direitos através do atendimento especializado de uma equipe multidisciplinar, bem como fazer com que as crianças, os adolescentes e as mães destes, possam usufruir de um espaço de apoio, prevenção e orientação para suas famílias.

Esse processo pode ser acompanhado no período de estágio curricular obrigatório nesta Instituição, explicitado a seguir.

1.3 A Experiência de Estágio em Serviço Social no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Nossa experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social se deu no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no

período entre março de 2009 a dezembro de 2009. No decorrer dos primeiros meses de estágio identificamos as demandas e realizamos a leitura documental do Serviço, procedimento utilizado para dar início à intervenção, na qual, fiz a leitura do projeto técnico elaborado pelas técnicas em julho de 2007 com a finalidade de conhecer os objetivos deste Serviço, suas metas, o planejamento das ações e a função de cada profissional, sendo esta uma equipe multidisciplinar. Também a leitura histórica deste Serviço, sua proposta de trabalho, contextos e tipologia de violência, a mobilização social de combate ao abuso e exploração sexual desde 1980, as formas de abuso sexual e seus indicadores, o trabalho em rede, bem como, as Políticas Públicas do município através dos Programas da Assistência Social voltados ao atendimento à criança e ao adolescente, elaborado pelas técnicas e pela Secretaria de Assistência em 2007 com a finalidade de aprofundar nossos conhecimentos. A leitura dos prontuários dos usuários e das evoluções para compreensão do andamento de cada caso específico, para verificar o trabalho da Pedagogia, da Psicologia e em especial do Serviço Social.

Os instrumentos técnicos operativos utilizados pelo Serviço Social são a observação, as anameneses, acolhimentos, as visitas domiciliares e institucionais, contato telefônico, escuta qualificada, reuniões, registros das atividades realizadas e elaboração de relatórios para encaminhamento ao juiz/promotor. Procedimentos importantes para o atendimento sistemático das famílias e a proteção das crianças e adolescentes.

A análise documental foi o instrumento fundamental para dar início ao processo de intervenção no estágio proporcionando a visibilidade da problemática proposta para a atuação. A leitura dos prontuários e das evoluções possibilita obter informações sobre a dinâmica e a composição do grupo familiar a ser atendido neste Serviço. Identificou-se na totalidade de sessenta casos atendidos por este Serviço. Segundo Richardson (2007, p.230) podemos conceituar a análise documental em termos gerais como,

A análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados. O método mais conhecido visando investigar os fatos sociais e suas relações é o método histórico que consiste em estudar os documentos visando investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico.

A equipe multidisciplinar juntamente com a estagiária realizou os acolhimentos às famílias. Estes são momentos de suma importância, em que é explanado ao usuário o trabalho desenvolvido com a família, e com a criança e/ou adolescente ao ser inserido no Serviço.

Neste momento é realizada a entrevista com a vítima e sua família, bem como o preenchimento do prontuário e a anamnese social.

Outra atividade desenvolvida são às visitas institucionais que alertam quanto à importância do trabalho em rede estabelecido pelo Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes com Instituições como Escolas, Centros de Saúde, Ministério Público, Delegacia, Conselho Tutelar, Fórum. Estas visitas são realizadas com o intuito de acompanhar o desempenho dos mesmos diante do compromisso assumido com a Instituição, como proporcionar as técnicas o detalhamento de intervenção destes com os usuários, informar e obter informações referentes ao andamento dos atendimentos, tendo em vista a garantia dos direitos dos usuários neste Serviço.

Através das visitas domiciliares se faz o reconhecimento das diversas realidades sociais apresentadas pelos usuários deste Serviço, sua dinâmica e o contexto social a qual estão inseridos, bem como, é a ocasião que fornece uma maior aproximação da família com o Serviço, ou em alguns casos é o único momento em que a família tem contato com a equipe, afinal, alguns usuários não comparecem aos atendimentos. Este instrumento técnico-operativo, sobretudo é utilizado para manter vínculo com a família, como também lembrar ou marcar horários de atendimentos no Serviço e fornecer ou esclarecer encaminhamentos médicos, pedagógicos, sociais, entre outros, para as famílias.

Os atendimentos são momentos de orientações e apoio, objetivando oportunizar a reflexão dos usuários sobre os seus direitos e deveres perante a sociedade, propondo assim, a sua emancipação, assim como prevenir a importância de proteção da criança e adolescente frente à demanda apresentada e acima de tudo gerar vínculos com a família. Acontecem de maneira interdisciplinar e mediante agendamento prévio, no entanto, se uma família procura o Serviço para orientação imediato este é atendido de acordo com a disponibilidade da equipe.

Contudo no período de estágio percebemos que muitas famílias negam os atendimentos por considerarem uma punição comparecer na Secretaria de Assistência semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, esta frequência é estabelecida pela equipe de acordo com as demandas de cada família, e ainda relatam que o responsável pelo abuso permanece impune. Todavia, as técnicas sempre pontuam que os atendimentos não são uma punição para a família, mas uma maneira de apoio e orientação em relação à efetiva proteção das crianças e adolescentes, bem como, um trabalho especializado com a equipe interdisciplinar na superação de possíveis traumas.

Os estudos de caso é um espaço em que todas as profissionais se reúnem para a socialização das informações, percepções e encaminhamentos necessários a serem realizados,

como também espaço técnico de planejamento e delimitações de estratégias para o enfrentamento das questões levantadas sendo que em cada encontro, que acontece uma vez por semana, uma técnica fica responsável pelo registro de todas as informações visando o acompanhamento da efetivação das propostas levantadas.

Saliento que as visitas domiciliares e os atendimentos são um dos instrumentos profissionais mais utilizados pelo Serviço Social e pelas demais técnicas para a aproximação junto ao usuário e permite realizar um diagnóstico do profissional em relação à questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes. Segundo Amaro (2003, p.13) a visita domiciliar se configura como,

Uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar. No geral, a visita domiciliar, como intervenção, reúne pelo menos três técnicas para desenvolver: a observação, a entrevista e história ou relato oral. A visita como técnica se organiza mediante o diálogo entre visitador e visitado, no geral organizado em torno de relatos do indivíduo ou grupo visitado. Esse diálogo, distinto de uma simples conversa empírica, é, metodologicamente, o que se conhece por entrevista, mas como se trata de uma entrevista profissional, guiada por uma finalidade específica, pode-se dizer que geralmente as visitas domiciliares são entrevistas semi-estruturadas, dado que orientadas por um planejamento ou roteiro preliminar.

A intervenção profissional realizada nas famílias inseridas neste Serviço permitiu uma leitura ampliada das realidades sociais destes grupos, na qual, constatou-se uma característica semelhante entre eles. A vulnerabilidade social foi o fator preponderante observado no contexto domiciliar destas famílias visitadas, na qual, verificou-se carências tanto financeiras quanto intelectuais. Circunstância que afeta a dinâmica cotidiana destes sujeitos, causando dependência dos subsídios da Assistência Social para suprir suas necessidades básicas.

De acordo com o Dicionário de termos técnicos da Assistência Social (Belo Horizonte, 2007, p.109) a categoria vulnerabilidade social pode ser analisada como,

Uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental, de famílias e pessoas, para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, o que dificulta o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da Sociedade. Refere-se a uma diversidade de “situações de risco” determinadas por fatores de ordem física, pelo ciclo de vida, pela etnia, por opção pessoal etc., que favoreçam a exclusão e ou que inabilita e invalida, de maneira imediata ou no futuro, os grupos afetados (indivíduos, famílias), na satisfação de seu bem-estar – tanto de subsistência quanto de qualidade de vida. A pobreza, por exemplo,

é uma vulnerabilidade social efetiva, mas a condição de vulnerabilidade, embora a inclua, não se esgota na pobreza.

É neste contexto de vulnerabilidade social que crianças e adolescentes estão inseridos na sociedade contemporânea, porém é importante ressaltar que o abuso e violência sexual acontecem nas mais diversas classes sociais. De acordo com Pinheiro (2008) a violência ainda prevalecem em todos os países do mundo e está presente em qualquer cultura, classe, nível de escolaridade, faixa de renda e origem étnica.

A pobreza, entretanto, não pode ser considerada causa de abuso, mas constitui uma situação de risco. Visto que, nas famílias empobrecidas o assunto se espalha com mais facilidade e as pessoas acabam sendo atendidas nos programas sociais. No entanto, as famílias de poder aquisitivo mais elevado, tendem a não deixar este assunto “vazar” para a sociedade, e ao utilizarem serviços privados de atendimento médico, psicológico e de educação, “pagam” também pela discrição e quando o abuso é intrafamiliar torna-se ainda mais difícil a denúncia², mesmo quando verbalizado pela criança ou adolescente, devido ao status e impacto que poderá causar diante da sociedade.

De acordo com Saffiotti (1997), a família é considerada um ninho de afeto, e por isso, as pessoas sentem-se envergonhadas em admitir que alguém da família pratica atos violentos contra um familiar, o que faz com que o silêncio prevaleça e o abuso não seja denunciado.

A criança geralmente tende a verbalizar sobre o abuso com alguém próxima e que lhe transmita confiança. Monteiro (2002) elucida que a criança na maioria dos casos tenta verbalizar para a mãe, porém normalmente não encontra nela atitude acolhedora. A mãe acaba assim, pactuando com a violência sexual intrafamiliar. Deste modo, esta se torna cúmplice do abuso, já que acaba negligenciando a proteção da criança ou adolescente.

Contudo, quando a mãe acredita no relato, percebe a realidade dos fatos e realiza a denúncia, preserva e protege a vítima.

Deste modo, Furniss (1993) destaca que os assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais especialistas, precisam ajudar a “pessoa de confiança” a encontrar maneiras de

² O dia 18 de maio, dia Nacional de Combate à Violência, ao Abuso e a Exploração sexual de crianças e adolescentes, presume uma sensibilização a sociedade no que diz respeito à denúncia em relação ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil e exigiu uma intervenção das integrantes deste Serviço. (Assistentes Sociais, Psicólogas, Pedagogas, estagiárias e recepcionista) juntamente à Prefeitura Municipal de Palhoça, objetivando propor uma atividade que fornecesse visibilidade a temática, bem como, ser discutida e refletida nas Escolas, Conselhos Comunitários, Postos de Saúde, do município de Palhoça. A equipe do Serviço realizou entrega de materiais (folders, cartazes, camisetas) em pontos estratégicos do município com o objetivo de sensibilizar a denúncia da suspeita de abuso sexual de crianças e adolescentes.

comprovar a suspeita, para depois intervir. E que a revelação com a criança vítima deve ser feita na presença desta pessoa de confiança para evitar o aumento da ansiedade que costuma conduzir a vítima a negação e a mentira dos fatos. “A pessoa de confiança, como uma figura de apego, proporciona suporte emocional e dá à criança a licença explícita para revelar o abuso”. (FURNISS, 1993, p. 183).

O trabalho com as famílias, portanto abrange um universo de diversidades, segundo Miotto, “o Serviço Social trabalha com as famílias no plural, por que cada uma tem um jeito peculiar de ser e organizar sua compreensão familiar” (1997 p. 120).

A política de proteção integral de crianças e adolescentes, preconizada na Constituição Federal de 1988, requer, por parte do Poder Público, ações efetivas e articuladas nos diferentes níveis de esfera pública, que garantem às crianças e aos adolescentes o direito à liberdade, dignidade, ao respeito, enfim, à cidadania. Dessa forma, o abuso e a violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes é um crime que ocorre muitas vezes dentro do próprio lar e por pessoas de confiança da família.

O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é um dos serviços oferecidos na esfera pública, serviço que vem atendendo as demandas de abuso e violência sexual de crianças e adolescentes intrafamiliar e extrafamiliar.

A partir da experiência concretizada nesta Instituição, junto às vítimas de violência doméstica, mais especificamente a violência sexual foram diagnosticadas modalidades de violência infanto-juvenil e que quando identificadas faz-se necessário um atendimento especializado e para efetividade deste atendimento é relevante identificar os tipos de violência.

SEÇÃO II

A VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

2.1 Modalidades de Violência Doméstica

Nesta seção abordaremos o conceito de violência, especificamente nos deteremos na definição de violência doméstica e seus desdobramentos: violência física, violência psicológica, negligência e violência sexual.

No contexto social, no qual estamos inseridos a violência sempre fez parte do convívio entre homens e mulheres, pois para satisfazer suas necessidades naturais como alimentação, vestuário, moradia, eram obrigados a superar as dificuldades que encontravam em seu cotidiano. De acordo com Fraga (2002 p.44),

Num sentido mais amplo a violência acompanha desde os primórdios dos tempos da história. A natureza, sendo assim como a sociedade constitui uma totalidade de inter-relações. Os seres vivos da natureza são, por definição ontológica, incompletos, seres de necessidade e, como tais, finitos, mortais.

Entendida como um fenômeno histórico e associado aos aspectos políticos, econômicos e culturais, a violência se manifesta por diversas formas: violência urbana, violência na escola, violência familiar, violência nas instituições, entre outras.

As práticas violentas permeiam todas as classes sociais, entretanto, são mais visíveis nas classes sociais menos favorecidas, pois estas são denunciadas com maior frequência e não dispõem de recursos materiais para utilizar serviços profissionais particulares no socorro de suas vítimas. Os segmentos que possuem maior poder aquisitivo estão propensos a preservar sua privacidade, bem como, com recursos materiais mais sofisticados para camuflarem o problema. A violência constitui,

O uso da força física ou do poder, real ou da ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p. 05).

Não resta dúvida de que, enquanto relação social, a violência sempre esteve presente na dinâmica estabelecida entre os homens; entretanto, não se deve admiti-la como parte inevitável de condição humana, já que durante todos os momentos da história da humanidade se desenvolveram sistemas religiosos, filosóficos, legais e comunitários para evitá-la e restringi-la.

No Brasil, foi somente a partir da década de 80 que a violência e os maus tratos contra as crianças e adolescentes passaram a receber mais atenção. De acordo com Brito et al. (2005) foi nesta década que começou a surgir os primeiros programas específicos para atendimento desta problemática, prevista no artigo 87, inciso III, lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo Guerra (1985) a violência pode ser compreendida como uma força material e ativa que causa prejuízo a vítima. A autora ressalta que a violência pode ser vista como a imposição de poder persuasivo de um indivíduo sobre outro.

A violência traz implicitamente a noção de controle, na qual uma pessoa é submetida a outra, seja pelo uso de força física ou com sujeição psicológica, numa demonstração de poder.

Adorno (apud GUERRA, 2001) toma elemento de análise do fenômeno da violência às relações entre homens, a subjetividade das relações interpessoais entre os sujeitos e as determinações históricas das relações entre as classes sociais,

A violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelos quais os homens produzem suas condições sociais de existência. Sob esta óptica, a violência expressa padrões vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre as classes sociais, expressa também relações interpessoais [...] está presente nas relações intersubjetivas que se verificam entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categoria distintas. Seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objetos, em coisificação. (GUERRA, 2001, p.31).

Por ser um fenômeno complexo, a violência se expressa em todos os níveis sociais, atingindo crianças, adolescentes, mulheres, idosos, incapacitados e outros (MORRISON e BIEHL, 2000).

Dentre os tipos de violência contra crianças e adolescentes, particularmente a doméstica tem crescido de maneira assustadora. Entende-se por violência doméstica não somente a agressão física, mas também a violência verbal, a tortura psicológica e também a violência sexual.

2.2 Violência Doméstica e seus Desdobramentos

De acordo com Azevedo e Guerra (1995, p. 26), e em termos conceituais, a violência doméstica contra crianças e adolescentes pode ser definida:

Todo ato ou omissão praticado por pais, perante os responsáveis contra crianças ou adolescentes que sendo capaz de acusar danos físicos, sexual ou psicológica à vítima - implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa codificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratadas como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

A violência doméstica é uma violência interclasses sociais, que permeia todas as classes, enquanto violência de natureza interpessoal. Enquanto violência subjetiva consiste numa transgressão do poder disciplinador do adulto, numa negação do valor de liberdade; num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança e do adolescente (AZEVEDO E GUERRA, 1998).

A violência doméstica envolve questões de relacionamento e afeto o que dificulta sua notificação contribuindo assim para sua recorrência. Infelizmente a família que deveria e costuma ser reconhecida como local de proteção, amor e amparo em qualquer situação tem se constituído como local de perigo para mulheres, crianças e adolescentes, deixando marcas físicas e emocionais.

Para Mioto (1997, p.120) a família,

Pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em um determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontram dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido.

O âmbito familiar deveria ser um lugar seguro, no entanto, no interior dos lares podem ser espaço de muitas contradições e conflitos. A família, enquanto unidade básica de desenvolvimento, responsável pela transmissão de hábitos, costumes, valores, e padrões de comportamentos pode ser também um espaço de tensões e de crueldade, configurando a violência.

Desta forma a violência doméstica, mais especificamente a violência contra crianças e adolescentes passa a ser percebida de acordo com a dinâmica de sua ocorrência, configurando-se como violência física, violência psicológica, negligência e violência sexual.

Violência física constitui o uso da força física deixando marcas evidentes. “É o emprego da força física contra a criança, de forma não acidental, causando-lhes diversos tipos de ferimentos e perpetrada pelo pai, mãe, padrasto ou madrasta” (AZEVEDO E GUERRA, 1995, p.46). Em geral, as justificativas para tais ações vão desde a preocupação com a educação, como a melhor forma de disciplinar as crianças e adolescentes ou a segurança das mesmas. Nas famílias onde acontece a violência física, a relação entre vítima e agressor, é de sujeito-objeto: os filhos devem submeter-se aos desejos dos pais, criando uma expectativa, muitas vezes difícil de ser alcançada, igualmente crianças e adolescentes são punidos com agressões, quando manifestam o desejo pela autonomia (AZEVEDO E GUERRA, 1995).

Conforme as autoras e a apostila do Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares de Santa Catarina (1999 p.22-23), Esse tipo de violência poderá causar conseqüências tanto orgânicas quanto psicológicas. As orgânicas implicam em seqüelas provenientes de lesões abdominais, oculares, de fratura de membros superiores, inferiores ou crânio, de queimaduras, etc, enfim que poderão causar invalidez permanente ou temporária. Em casos extremos esse tipo de violência pode levar a morte recebendo o nome de violência fatal. E as psicológicas, estas de natureza variadas, mas destacaremos algumas: sentimentos de medo ou raiva do agressor, dificuldades nas atividades escolares, comportamento de agressividade, dificuldades em confiar em outras pessoas, auto-estima baixa ou nula, autoritarismo, tristeza generalizada.

Violência Psicológica, esta afeta principalmente o desenvolvimento psicológico, emocional, social e cognitivo da vítima. Podem trazer conseqüências tais como obesidade, afecções da pele, distúrbio do sono, dificuldades na fala, comportamento infantil, depressão, destruição da auto-estima, dificuldade de socialização (fazer amizades, expressar-se em público), distúrbios de aprendizagens. De acordo com (MINAYO, 2002, p.105) “os adultos sistematicamente depreciam as crianças e adolescentes, bloqueiam seus esforços de auto-estima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade”. A criança muitas vezes age movida pelo medo, imposto através da disciplina imposta pelos pais.

Como elucidada Veronese (2006, p.116) a violência psicológica,

O abuso psicológico se encontra incerto dentro de todas as outras formas de violência contra crianças e adolescentes, uma vez que a indiferença afetiva, a falta de ternura, ou melhor a aridez afetiva, precisam encontrar-se como raiz propiciadora das outras formas de maus-tratos infantis. Da mesma

forma, ao contrário, a presença do afeto e de amor em relação a criança seriam exatamente o elemento impeditivo para a perpetração de qualquer crueldade em relação à criança.

Negligência, de acordo com Souza, Florio e Kawamoto (2001) é definida como a omissão em termos de cuidados básicos, por parte do responsável pela criança ou adolescente, que, a depender da intensidade, pode acarretar danos físicos, emocionais, psicológicos e até morte. Pode ser identificada em situações em que a criança ou o adolescente não é adequadamente alimentado, veste-se mal, apresenta higiene precária, não recebe atenção, carinho, ou também quando a criança é deixada sozinha, correndo o risco de acidentarse.

Por fim, a violência sexual contra crianças e adolescentes, detalharemos de maneira mais específica, esta se constitui uma das mais graves formas de violação de direitos humanos.

Segundo o Guia de Escolar Rede de Proteção à Infância de 2004 a violência Sexual consiste não só numa violação à liberdade sexual do outro, mas também numa violação dos direitos humanos da criança e do adolescente. É praticada sem o consentimento da pessoa vitimizada. Quando cometida contra criança, constitui crime ainda mais grave. Pode ser classificada como intrafamiliar, extrafamiliar e exploração sexual.

De acordo com a definição de Azevedo e Guerra (1995, p 53),

É todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Em 1989, ocorreu em diversos países através dos organismos internacionais e interessados pelos direitos das crianças e adolescentes, discussões diversas resultando na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Esta Convenção teve como finalidade proteger e promover assistência especial a criança, a partir dos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com objetivo da formação destes como cidadãos de direitos.

Na década de 90, o Brasil apresentou maior visibilidade de violência sexual contra crianças e adolescentes, juntamente com o processo de globalização, o país vivencia o aumento das desigualdades sociais e uma maior exclusão de classes, atingindo, portanto os segmentos mais vulneráveis da população, em especial as crianças e adolescentes das camadas mais empobrecidas, levando as mesmas a tornarem vítimas de exploração sexual.

Esse tipo de violência sexual é considerado como forma mais comum de violência extra-familiar, sendo mediada por um aliciador, implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais através do comércio de seus corpos. Trata-se de um acontecimento freqüente, que costuma acontecer em escolas, creches e lares grupais, onde adultos que cuidam das crianças aproveitam-se da diferença de idade, do poder, da autoridade ou da força para praticar essa violência.

A violência sexual, além de complexa, é considerada também um grande desafio para profissionais que atuam nesta área, pois geralmente os vitimizados se silenciam em torno das experiências traumáticas, dos sentimentos agressivos ou de culpa. Cabe ressaltar que o profissional ao diagnosticar esta violência, precisa ser cauteloso ao diferenciar uma carícia entre pais e filhos e a sexualidade abusiva, que pode estar camuflada no próprio contexto familiar. Quanto ao diagnóstico do abuso sexual, Azevedo e Guerra (1997) consideram-no um instrumento profissional que compreende um processo iniciado com a notificação de suspeita de violência. Deve ser multiprofissional, ou seja, uma atribuição de diversos profissionais, tanto vinculados à instituição responsável pelo caso quanto os provenientes de outros setores da comunidade.

O que se torna mais desafiador é quando a criança ainda é muito pequena, sendo que as dificuldades do diagnóstico podem ser maiores, afinal a criança não consegue entender que é vítima de abuso, podendo achar que aquele ato é apenas um ato de carinho. Ou quando a vítima tem entendimento em fazer a denúncia, porém esta pode permanecer calada como elucida Azevedo e Guerra (1998) na maioria das vezes a vítima fica em silêncio, porque normalmente podem enfrentar alguns tipos de reação da parte do interlocutor, entre elas: não receber crédito, afirmando-se que ela fantasiou ou inventou a experiência; seu dano pode ser minimizado, ou seja, surge discurso implícito de que não houve nenhum prejuízo e que é preferível esquecer o assunto; pode ser responsabilizada pelo crime, dizendo-se que a vítima estava pedindo para que isso ocorresse.

É necessário e imprescindível informar a população e motivá-la, através dos meios de comunicação e de programas e projetos em comunidades da importância da denúncia, e, sobretudo afastar o medo que as pessoas cientes da violência contra crianças e adolescentes possam ter em denunciar, através da conscientização ética, para a garantia da justiça e para que estes não tenham seus direitos violados. E quando denunciada e reconhecida no interior das famílias, é necessário buscar formas de trabalhar os conflitos e tomar os procedimentos necessários junto aos órgãos responsáveis (Conselho Tutelar, Delegacia, Ministério Público).

De acordo com Silva (2000), torna-se imprescindível: A concretização e conscientização da necessidade de defesa aos direitos humanos e da proteção integral; criação de serviços especializados no tratamento de vítimas de violência intrafamiliar como aos autores destes abusos e violência; implantação de Conselhos Tutelares, em todos os municípios, com profissionais capacitados, e de Conselhos de Direitos em esfera municipal, estadual e federal; repressão sistemática a toda forma de violência contra a população infanto-juvenil, com comprometimento e envolvimento ágil da polícia e justiça; a prevenção de abusos e maus-tratos contra crianças e adolescentes com a responsabilização do estado e da sociedade.

O abuso sexual ocorre geralmente no espaço doméstico, tendo como principais agressores o pai, o padrasto, irmão ou ainda pessoas conhecidas que participam do cotidiano da vida da criança ou adolescente.

Neste sentido, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), identifica a violência intrafamiliar como um tipo de comportamento violento e abusivo perpetrado por uma pessoa contra a outra, com a qual tem uma relação de consangüinidade ou de afinidade.

O agressor usa da relação de confiança que tem com a criança ou adolescente e de poder como responsável para se aproximar cada vez mais, praticando atos que a vítima considera inicialmente como de demonstrações afetivas e de interesse. Essa aproximação é recebida, a princípio, com satisfação pela criança, que se sente privilegiada pela atenção do responsável. Este lhe passa a idéia de proteção e que seus atos seriam normais em um relacionamento de pais e filhas, ou filhos, ou mesmo entre a posição de parentesco ou de relacionamento que tem com a vítima.

Cabe ressaltar que quando o abuso intrafamilliar é diagnosticado, a criança ou adolescente pode sofrer um trauma psicológico ao olhar da família quanto as eventuais mudanças que poderão ocorrer no campo doméstico, afinal o agressor pode ser aquele que provém o sustento do lar, sendo assim, a família poderá sofrer dificuldades financeiras e culpabilizando a criança ou adolescente por tal acontecimento. Quando o abuso sexual é perpetrado pelo genitor e diagnosticado durante os atendimentos através da verbalização, dos indicadores e comportamento da criança, sendo necessário o afastamento deste genitor do lar e conseqüentemente a separação do casal, a criança também pode ser considerada “culpada”.

Diante do exposto, Ballone (2003) elucida que, se o abusador é um familiar, a situação é bastante difícil para a criança e para demais membros da família. Embora possam existir fortes conflitos e sentimentos sobre o abusador, a proteção da criança deve continuar sendo a prioridade.

A violência sexual por sua vez pode ocorrer com contato físico, sendo estes atos que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativa de relações sexuais, estupro, masturbação no adulto ou na criança ou adolescente, sexo oral, penetração vaginal e oral, atentado violento ao pudor, beijos, carícias íntimas, exploração sexual, incesto etc, ou sem contato físico, como abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo (expor intencionalmente a uma criança o corpo nu de um adulto ou parte dele), Voyeurismo (indivíduo que consegue obter prazer sexual através da observação de outras pessoas), conversas sensuais ou exposição de filmes ou revistas pornográficas, etc.

Alguns indicadores podem ajudar o profissional a diagnosticar a possível violência sexual, conforme podemos visualizar no Quadro 2:

Quadro 2: Indicadores

Indicadores Físicos	Dificuldade de caminhar; infecção urinária; secreção vaginal ou peniana; baixo controle dos esfíncteres; dor ou coceira na área genital ou garganta; odor vaginal ou corrimento; entre outros.
Indicadores de Comportamentos/ Sentimentos	Medo ou pânico de certa pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando a criança ou adolescente é deixada sozinha com alguém; medo de lugares fechados ou escuros; alternâncias súbitas e extremas de humor (retraída/extrovertida); baixo nível de auto-estima e excessiva preocupação em agradar os outros; ansiedade generalizada; comportamento raivoso e agressivo; fuga de contato físico, entre outros.
Indicadores de Comportamentos/ Sexualidade	Interesse não usual por assuntos sexuais e uso de terminologias inadequadas para sua idade; expressão de afeto sensualizada ou mesmo certo grau de provocação; desenvolvimento de brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais e brinquedos; masturbação compulsiva; desenho de órgãos genitais com características além de sua capacidade etária.
Indicadores de Hábitos, Cuidados Corporais e Higiênicos	Mudança de hábito alimentar; padrão de sono perturbado; aparência descuidada e suja; uso e abuso de substâncias como álcool, drogas lícitas e ilícitas.

Fonte: Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor/organização CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância. – 2. ed. – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2005. – (Série fazer valer os direitos; v.1).

As conseqüências do abuso sexual podem ser: lesões físicas gerais, lesões genitais ou anais, gestação precoce, disfunções sexuais ou psicológicas, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

Para Faleiros (1997), o abuso sexual deixa conseqüência na criança ou no adolescente como depressão, descontrole, isolamento social, ansiedade, dificuldades nos estudos, problemas de concentração, sensação de estar sujo, hiperatividade, entre outros.

Segundo um artigo realizado pelo ABC da Saúde a grande maioria de abusadores é de homens. Existem 4 faixas etárias de abusadores: jovens até 18 anos de idade, que aprendem sexo com suas vítimas; adultos de 35 a 45 anos de idade que molestam seus filhos ou os de seus amigos ou vizinhos; pessoas com mais de 55 anos de idade que sofreram algum estresse ou alguma perda por morte ou separação, ou mesmo com alguma doença que afete o Sistema Nervoso Central; e aquele que não importa a idade, ou seja, aqueles que sempre foram abusadores por toda uma vida;

O Art. 227 da Constituição Federal de 1988 foi regulamentado pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e, a partir desta Lei, diversas articulações e mobilizações passaram a ser realizadas, visando legitimar os direitos, até então inexistentes nas crianças e adolescentes, principalmente no que diz respeito à violência doméstica, especificamente, à violência sexual infanto-juvenil. Uma dessas articulações se deu por meio da implantação do Programa Sentinela (Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) o qual teve início no ano de 2001, primeiramente nos Estados do Norte e Nordeste brasileiros, em virtude da grande demanda existente nos mesmos, proveniente do grande fluxo de turistas e, posteriormente foi implantado nos demais Estados.

Mendez (1994) destaca que com o Estatuto da Criança e do Adolescente foram criados os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente em âmbito Federal, Estadual e Municipal, bem como os Conselhos Tutelares. Tendo os Conselhos de Direitos a responsabilidade de traçar diretrizes das políticas públicas e os Conselhos Tutelares a finalidade de atender e zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.

Desse modo é responsabilidade do Poder Público possibilitar condições que venham ser viáveis para os profissionais dar continuidade aos serviços prestados na área de violência infanto-juvenil. Inseridas nessas Políticas Sociais está o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Este Serviço tem como parceiros a Secretaria Municipal de Assistência Social; de Saúde, o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Poder Judiciário, o Ministério Público, Delegacia, Escolas, e deverá envolver toda a sociedade civil como um todo no sentido de buscar integração tanto com o poder público quanto com a sociedade civil organizada.

As ações deste serviço são desenvolvidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas

de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil foi incluído na agenda da sociedade civil como uma questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, por meio de política de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, sistematizada no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil que se dá por meio do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes com atendimentos de saúde especializado e articulado junto à rede de referência do Sistema Único de Saúde, e Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente, com ações de implementação e fortalecimento dos Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção à Infância e à Juventude e Defensorias Públicas em articulação com a assistência social, na perspectiva das políticas públicas.

Nesses últimos anos o Governo Federal vem operacionalizando algumas das ações previstas no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, em especial no que diz respeito ao atendimento social especializado, por meio do Programa Sentinela; atendimento de saúde especializado por meio da rede de referência do SUS e, na defesa de direitos, com ações de implementação e fortalecimento dos Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção à Infância e a Juventude e Defensorias Públicas.

Contudo, existem limitações e restrições institucionais geralmente ligadas a recursos humanos e materiais e que fazem com que crianças e adolescentes e suas famílias sejam privados de acompanhamento e atendimento especializado como forma de proteção desses membros. Sendo assim os mesmos esperam em uma considerável lista de espera, no município de Palhoça, tema que será abordado na próxima seção.

SEÇÃO III

DEMANDA REPRIMIDA ENQUANTO VIOLAÇÃO DE DIREITOS

3.1 Trajetória Metodológica da Pesquisa

Este trabalho elegeu a demanda reprimida³ como objeto de pesquisa. A demanda reprimida ocorre quando a oferta do serviço prestado é inferior ao serviço existente. A ausência de políticas públicas nesse segmento que garantam a efetividade do Serviço faz com que se constitua esta demanda no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças Adolescentes no município de Palhoça.

O referido estudo faz a abordagem metodológica de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa, na medida em que teve como objetivo apresentar dados como tempo de espera, faixa etária, gênero e proximidade da vítima com o agressor, bem como, refletir sobre a opinião técnica de três profissionais, uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga, acerca da demanda reprimida.

A metodologia quantitativa resgata a análise de dados, priorizando a qualidade das informações, de acordo com Gil, (1999) a pesquisa quantitativa presume a mensuração de variáveis pré-estabelecidas, buscando ilustrar sua influência sobre outras variáveis através de dados e relações estatísticas. Na análise qualitativa, resgatamos uma maior abrangência da compreensão de uma organização, de um grupo social, de uma representação, organização, de uma política. (Minayo, 1998).

Através da leitura dos documentos e pastas que contém os casos de demanda reprimida se originou a coleta de dados. De acordo com Chizzotti (1995), a coleta de dados é a etapa da pesquisa que exige maior trabalho e tempo para o pesquisador, que deve reunir informações de acordo com normas que dependem e se ajustam ao tipo de estudo que se pretende.

³ De acordo com o dicionário Aurélio (1993), demandar, verbo transitivo do sujeito demanda, significa ação de demandar e esta por sua vez significa ir em busca de, dirigir-se para, necessitar, pedir, intentar demanda. Reprimir expressa sustar a ação, o movimento, ou expansão de conter, coibir, reprimir, oprimir. A partir desses esclarecimentos podemos definir demanda reprimida como uma procura por um serviço, que, entretanto é contida oprimida, sem ação.

Optou-se analisar, portanto todos os 104 casos de crianças e adolescentes encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público para o Serviço de Enfrentamento ao Abuso, à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que estão em lista de espera onde existe ou já existiu suspeita de violência sexual no período que compreende março de 2009 até outubro de 2009.

Visto que o objeto deste trabalho é verificar o perfil das crianças e adolescentes vítimas de suspeita de abuso sexual encaminhados ao Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Palhoça, e que constituem a demanda reprimida deste Serviço, bem como a compreensão de três profissionais sobre a demanda reprimida. E para subsidiar essas informações se faz necessário identificar o tempo das vítimas em lista de espera, o gênero dessas crianças e adolescentes; apontar a faixa etária das vítimas; verificar o grau de parentesco entre vítima e agressor; identificar o bairro de origem do município de Palhoça e compreender a dimensão da demanda reprimida a partir da visão das profissionais.

Nas tabelas abaixo, portanto, apresentamos os dados coletados, elucidando as informações pertinentes à pesquisa.

3.2 Interpretação e Diagnóstico dos Dados

Devemos salientar que os dados serão apresentados a partir do que foi averiguado na demanda reprimida desta Instituição, todavia, esses números poderiam variar de acordo com as denúncias que muitas vezes não são realizadas. Do ponto de vista acadêmico, aprendemos que a realidade não é clara, precisa ser desvelada e interpretada. Por certo, alguns dados não são suficientes para substanciar ou qualificar a realidade, apenas apontam probabilidades que carecem no contexto.

Tabela 1: Gênero

Meninas	Meninos	TOTAL
69	35	104

Fonte: Da autora (2009)

Na tabela 1, identificamos que a maioria das vítimas de suspeita sexual em lista de espera neste Serviço é do sexo feminino.

De acordo com uma pesquisa realizado por Wellman (1993) as crenças e atitudes relativas em abuso sexual identificou que embora não existam diferenças quanto a frequência com que os sujeitos são abordados, as meninas são mais abusadas frequentemente e a explicação seria de que as mulheres são socializadas para serem mais submissas e mais benevolentes às necessidades dos outros.

Alguns autores, porém, explicam que a sociedade brasileira adota a concepção machista de culpar aquelas vítimas do sexo feminino na faixa etária de 14 a 18 anos de idade, por considerarem que as adolescentes, não sendo mais crianças, estão despertando para a feminilidade, o que pode se constituir uma forma de despertar o agressor para provocar o abuso.

Os autores Azevedo e Guerra (1989) relatam que as meninas tornam-se as principais vítimas de abuso sexual. No entanto, também os meninos são em número considerável.

Visto que são muitos os agravantes para que a violência sexual contra meninos não seja denunciada, um dos motivos seria o fato deste ser estigmatizado como homossexual perante a família, amigos, no meio em que vive, ou comentários de desvalorização através de agressão ou deboche. Outro aspecto relevante e preocupante são as reações iniciais que os meninos possam adquirir decorrente deste processo, que é em relação à confusão quanto a sua orientação sexual, visto que ao longo do tempo este pode adquirir um comportamento abusivo, tornando ele mesmo um abusador.

Na tabela abaixo podemos verificar que a maior parte das vítimas de suspeita de abuso sexual em lista de espera está na faixa etária entre 0 e 12 anos, cerca de 68%, em proporção inferior a adolescentes de 13 a 17 anos, cerca de 32%.

Tabela 2: Idade

Idade	Amostra Pesquisada
0 a 12 anos	71
13 a 17 anos	33
TOTAL	104

Fonte: Da autora (2009)

Embora o número mais elevado de casos na demanda reprimida seja de vítimas menores de 12 anos, as crianças de menor faixa etária geralmente possuem mais dificuldades em verbalizar que estão sendo molestadas por um adulto, afinal, elas podem não conseguir entender que são vítimas de abuso, e achar que aquele ato é apenas um carinho ou uma

maneira diferente de afeto, e também como possuem menos capacidade de se defender ou expor o que está acontecendo o abuso pode permanecer por um longo período de tempo, até a adolescência, e conseqüentemente os traumas serão maiores. Os pais, ou responsáveis, portanto, têm papel importante na prevenção e identificação dos casos de abuso e violência. É preciso estar atento às mudanças comportamentais da criança e do adolescente, sejam elas sociais, familiares ou alimentares e não excluir a possibilidade do filho ser vítima de abuso sexual. Além disso, é importante desenvolver uma relação de confiança entre pais e filhos e criar um espaço em que os filhos possam se expressar sem medo de punição. Esse tipo de abuso não costuma deixar sinais físicos como prova, por isso, é preciso acreditar nos relatos e queixas das crianças.

Podemos ressaltar que quanto maior for à idade da vítima maiores são as possibilidades em contar a alguém, contudo muitas vezes a criança ou adolescente vitimizado verbaliza para alguém de sua confiança e esta pessoa não acredita no ocorrido, e a vítima tende a se isolar e então torna-se quase impossível sair desta situação de vitimização por si mesma.

Independente da idade da vitima, esta dificilmente consegue meios de se libertar sozinha desta situação, por isso se faz necessário à conscientização e sensibilização da sociedade sobre a veracidade do tema.

No Brasil a data 18 de maio é o dia Nacional de Combate à Violência, ao abuso e a Exploração sexual de crianças e adolescentes e no dia 24 de setembro é o dia Estadual também sobre este tema, e presume uma sensibilização para a sociedade no que diz respeito à denúncia em relação ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil, visto que esta denúncia pode ser anônima, gratuita e de qualquer ponto do Brasil, através do disque 100 ou dos Conselhos Tutelares das respectivas cidades.

Na tabela 3 reunimos a relação de proximidade estabelecida entre as vítimas e o possível agressor. A amostra revela que padrasto seguido de vizinhos, conhecidos, pai, avô, tio e irmão, são os principais suspeitos indicados nos dados da demanda reprimida.

Tabela 3: Proximidade do agressor/vítima

Agressor	Amostra Pesquisada
vizinhos	11
padrasto	17
pai	10

conhecido	16
namorado	04
tio	08
irmão	05
avô	06
desconhecido	05
não informado	22
TOTAL	104

Fonte: Da autora (2009)

Podemos visualizar na tabela acima a proximidade da vítima com o agressor, visto que a maior incidência de crianças e adolescentes em suspeita de abuso sexual na demanda reprimida foram de padrastos. Estes muitas vezes por não possuir laços consangüíneos, não se preocupam com a integridade das vítimas, submetendo-as em situações de violência. E ainda, podem ameaçar a vítima dizendo que a mãe desta não irá acreditar no que ela contar, sendo assim, as crianças e adolescentes muitas vezes com medo e remorso se fecham e vão aceitando esta condição.

Todavia, quando a denúncia acontece traz para as crianças e adolescentes um corte em seus vínculos afetivos, sociais e familiares. Visto que a maior incidência de abuso sexual se dá na própria casa da criança e envolve pessoas de sua confiança como o pai ou o padrasto, ou envolve parentes próximos. A revelação do abuso traz perdas afetivas e afastamentos sociais que são extremamente difíceis de serem suportados. Além disso, a criança vivencia sentimentos de traição e estigmatização em relação a pessoas da família nuclear e da família de origem (SANDERSON, 2005).

Em segundo e terceiro lugar, os vizinhos ou pessoas conhecidas das vítimas. Por estarem muito próxima ou possuírem vínculos com a criança ou adolescente e com suas famílias, esses na maioria das vezes se aproveitam desta situação. Azevedo e Guerra (1989) enfatizam, quanto aos cuidados com pessoas próximas da família que também podem vir a tornar-se abusadores.

O fato do agressor ser alguém em quem aquela família confia torna ainda mais difícil para a criança ou adolescente verbalizar o ocorrido e o adulto vir a acreditar nesta vítima.

Ainda em maior número o genitor é um dos suspeitos que aparecem em grande quantidade. Visto, que para a criança ou adolescente o pai é alguém de sua total confiança e que lhe tem amor. Desta forma a confiança que existe entre a criança e a figura de pai é

rompida e na maioria das vezes acarreta sofridos traumas, por ser alguém tão próxima e que lhe deveria transmitir amparo em qualquer circunstância, acaba sendo o autor de tal sofrimento. O abuso sexual praticado dentro do âmbito familiar, por pessoa que tenha com a criança uma relação de consangüinidade, responsabilidade ou efetividade constitui-se em uma forma cruel de violação de direitos da criança, agravada pelo fato de que é provocada por pessoas que deveriam assegurar o desenvolvimento físico e psíquico saudável da criança. (CRAMI, 2002).

Ao se tratar de abuso intrafamiliar, na grande maioria dos casos, o agente do abuso é homem e com certa freqüência é praticado pelo avô, tio, irmãos. Nestes casos, de abuso sexual intrafamiliar, é imprescindível lembrar que a criança sofre normalmente em seu meio familiar pressão psicológica para não romper com o “segredo” a pedido do próprio agressor ou até mesmo pelos demais familiares como forma de esconder o acontecido afim de não gerar conflitos ou até pela vergonha diante das outras pessoas.

Para combater o abuso sexual intrafamiliar é necessário, antes de tudo, aceitar que ele é freqüente e pode ocorrer em todas as famílias; é necessário que a criança aprenda a conhecer seu próprio corpo desde pequena e, mais que tudo, é preciso que as mães acreditem em seus filhos e filhas, mesmo que lhes pareça absurdo o que estão contando.

O abuso sexual no ambiente doméstico contra crianças e adolescentes ainda é um fenômeno social grave que atinge todas as idades, classes sociais, etnias, religiões, culturas e limitações individuais. Esse tipo de violência acontece em um ambiente relacional favorável, em que a vítima geralmente tem confiança no abusador que, aproveitando-se da ingenuidade da criança ou adolescente, pratica a violência de forma repetitiva, insidiosa, fazendo crer que ela, a vítima, é culpada por ser abusada.

A demanda reprimida também apresenta casos onde o namorado é considerado o agressor, sendo que às vezes os pais não aceitam o namoro pelo fato da filha ser muito nova e acabam denunciando, ou pelo fato da filha relatar que manteve uma relação sexual sem que ela quisesse no momento.

Verificamos também casos de abuso em que não se é informado ou identificado o agressor, afinal existem casos em que a mãe, ou pai, ou professor, ou alguém que cuida dos cuidados desta criança ou adolescente percebe algum tipo de reação ou atitude estranha ou então que esta encontra-se com partes íntimas avermelhadas, e mesmo a criança ou adolescente não relatando o ocorrido, o adulto pode vir a considerar uma suspeita de abuso sexual e diante disso desconhecem quem poderia estar o cometendo, fazem a denúncia sem informar o suspeito.

Tabela 4: Bairros de Palhoça

Bairro	Amostra Pesquisada
Brejaru	03
Não informado	03
Passe Vinte	03
Ponte do Imaruim	03
Aririú	03
Rio Grande	06
Jardim Aquarius	02
Guarda do Cubatão	02
Guarda Embaú	02
Enseada de Brito	03
Caminho Novo	06
Jardim laranjeiras	02
Praia de Fora	04
Barra do Aririú	03
Pontal	08
Bela Vista	06
São Sebastião	12
Centro	02
Frei Damião	02
Jaqueira	03
Madri	03
Vila Nova	03
Pachecos	09
Furadinho	02
Marivone	02
Jardim Eldorado	02
Praia do Sonho	02
Praia de Fora	03
TOTAL	104

Fonte: Da autora (2009)

De acordo com os dados contidos nesta tabela podemos visualizar os casos de suspeita de abuso sexual contra crianças e adolescentes nos diversos bairros do município de Palhoça. A maior incidência são nos bairros São Sebastião, Bela Vista, Pontal e Pachecos.

É possível perceber que as denúncias são bem distribuídas nos demais bairros de Palhoça, no entanto muitas vezes, quando o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes faz o contato para acolher a família esta não é encontrada, decorrente do longo período aguardando em lista de espera, as famílias não moram mais no mesmo endereço ou no mesmo bairro. Esse fato também é comum com as famílias em atendimentos, mudam de endereço sem comunicar a equipe deste Serviço.

Tabela 5: Tempo de espera na demanda reprimida

Tempo de espera	Amostra Pesquisada
Mais de 1 ano	39
Menos de 1 ano	65
TOTAL	104

Fonte: Da autora (2009)

Esta tabela nos mostra que é menor o número de crianças ou adolescentes que permanecem em lista de espera há mais de 01 ano, em comparação a menos de 01 ano, entretanto, é preocupante o sofrimento que essas vítimas possam estar passando, sem atenção dos serviços de proteção, com muitas possibilidades de serem revitimizadas e ainda muitas dessas crianças ou adolescentes podem estar completando a maioridade e ficar sem receber atendimento, ou mudar de endereço quando souber da denúncia, dificultando o futuro atendimento.

Esta realidade, portanto é uma situação muito séria e relevante, uma vez que a violência sexual necessita ser desvelada de maneira rápida para a fim de diminuir as conseqüências que as vítimas possam estar sofrendo.

A partir da análise de dados das tabelas acima, podemos perceber que é grande o número de vítimas que aguardam na demanda reprimida, que estas crianças e adolescentes são na grande maioria do sexo feminino, com a faixa etária reduzida, com maior incidência de casos de suspeita de abuso sexual perpetrada por pessoas muito próxima da vítima (padrasto, pai, vizinho e conhecidos) com denúncias distribuídas nos diversos bairros do município de Palhoça e que o tempo que as mesmas aguardam em lista de espera predomina ao tempo inferior há 1 ano.

Essas crianças e adolescentes por sua vez acabam sendo revitimizadas por se encontrarem nesta situação de espera por serviço especializado. No entanto é necessário conhecer a visão técnica das profissionais que atuam no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

3.3 A Concepção da Demanda Reprimida trazida pelas Técnicas do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Utilizou-se uma entrevista com três técnicas do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, sendo uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga, abordando três perguntas com pontos significativos em relação à demanda reprimida deste Serviço. RICHARDSON, 2007, p. 212 elucida que:

O pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista. As perguntas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistado.

As entrevistas foram realizadas individualmente, abordando o olhar das técnicas em relação à demanda reprimida do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Município de Palhoça.

[...] é frustrante mas ao mesmo tempo é fruto de um trabalho que vem sendo realizado pelo Serviço. É frustrante porque a gente vê o descaso das autoridades competentes em resolver esse problema, de ver crianças de 02, 03, 04 anos sem atendimentos, não sabendo como que é o trauma dessa criança, como que tá essa criança psicologicamente, sem esse acompanhamento profissional dessas crianças da demanda, é frustrante por isso.

[...] as famílias ficam esperando um longo período pelo atendimento e quando a gente chega pra fazer o atendimento existe uma recusa, elas NÃO querem vir aos atendimentos pelo fato de ter feito muito tempo que aconteceu. É uma questão traumatizante, então a demanda reprimida ela e hoje o maior problema que a gente tem no Sentinela.”

[...] sinto-me angustiada e impotente diante desta situação. A espera para a realização dos acolhimentos em alguns casos já levou mais de um ano, o que causa frustração e aflição. Sinto-me de mãos atadas, pois não conseguimos atender toda demanda em função do quadro reduzido de profissionais.

Através dos relatos podemos identificar sentimentos como “frustração” “traumatização”, “impotência e angústia”, afinal as profissionais reconhecem que a demanda reprimida é um número considerável neste Serviço, porém é difícil reduzi-la devido à falta de profissionais e enquanto técnicas, estas temem o trauma dessas crianças e adolescentes que ficam muito tempo em lista de espera e depois podem vir a recusar os atendimentos decorrente deste longo período.

Visto que essas famílias já se encontram em condições de sofrimento, afinal já enfrentaram um período de grandes dificuldades situado entre a denúncia, os depoimentos na delegacia policial, o encaminhamento ao Conselho Tutelar e ainda precisam aguardar um tempo considerável até o atendimento, e depois de um longo período precisam relatar tudo novamente.

Questionamos também quanto às medidas que deveriam ser tomadas para que esta demanda reprimida acabasse e as crianças e adolescentes fossem atendidas e com qualidade.

[...] é necessário principalmente a sensibilidade das autoridades quanto a gravidade que é essa espera, e do comprometimento psicológico que essas crianças vão ter tanto no presente quanto no futuro. Contratação de profissionais efetivos, para estabelecer vínculo com essas crianças e poder oferecer um trabalho de mais qualidade.

[...] Pra acabar a demanda teria que aumentar o número de profissionais e em relação a um trabalho com qualidade, não tem outra solução sem ser o concurso público, efetivar os profissionais, pra que não aconteça o que vem acontecendo, como entra profissional fica um mês, dois meses, depois tem que sair porque o contrato acaba sendo irregular, não consegue manter as pessoas e isso faz com que o novo profissional que entra tenha que formar um novo vínculo.

[...] concursos públicos para preencher os cargos necessários para atender esta demanda, capacitação freqüente para os técnicos, cursos e especializações.

Os depoimentos nos mostram que todas as técnicas consideram necessário a contratação de novos profissionais para que a demanda reprimida acabe. E para que esta contratação possa se concretizar com qualidade se faz necessário que seja através de concurso público, assim as profissionais poderão criar vínculos com as crianças e adolescentes e suas famílias e oferecer uma contínua qualidade nos atendimentos.

No decorrer do estágio obrigatório no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes percebemos que houve significativas mudanças no quadro das profissionais deste Serviço e tais condições

institucionais implicaram diretamente na plena execução do trabalho das técnicas, pois as denúncias chegavam à demanda reprimida e nenhuma família era acolhida.

O Serviço até final de outubro contou com um quadro irrisório de profissionais. No início de julho de 2009, houve a demissão de duas assistentes sociais, uma psicóloga e uma pedagoga, todas contratadas como ACT (profissional em caráter temporário), que estavam cerca de três meses no Serviço, uma assistente social entrou em licença maternidade no final de março, outra assistente social que estava em licença maternidade advinda da diretoria da Secretaria de Assistência teve que aprender a dinâmica de trabalho deste Serviço, uma psicóloga precisou afastar-se do trabalho, de setembro até final de outubro, pois em decorrência da gravidez não poderia ficar exposta ao vírus H1N1⁴ e a outra se tornou coordenadora e não atende mais os casos.

Somente no início de outubro foi contratada outra psicóloga, porém, como cargo comissionado. Podemos perceber, portanto, a fragilidade do sistema de recursos humanos neste Serviço e que de fato é difícil às crianças e adolescentes e suas famílias criar vínculo com a equipe visto que a qualquer momento pode ter o quadro profissional alterado. Deste modo, se faz necessário como de acordo com os depoimentos das técnicas a contratação, através de concursos públicos para que o Serviço prestado aos usuários possa continuar com qualidade.

Como cada profissional deste Serviço possui número limite de 30 famílias para acompanhamento de qualidade e para que se tenha um bom resultado do trabalho efetuado, a demanda neste período de mudanças no âmbito das técnicas sofreu muitas alterações e cresceu significativamente. Visto que quando o profissional atua em muitos casos, torna-se quase impossível trabalhar em cada um deles de forma eficaz.

Percebe-se que a ineficiência e omissão do Estado na contratação de profissionais e a falta de garantia dos direitos dessas crianças e adolescentes, faz com essas famílias aguardem por um longo período de tempo por atendimento e permaneçam vulneráveis aos riscos e com seus direitos violados. A propósito de acordo com BOBBIO (1992 pg 25 e 63):

O problema que temos, diante de nós, não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados. Descendo do plano ideal ao plano real, uma coisa é

⁴ Influenza A subtipo H1N1 também conhecido como A (H1N1), é um subtipo de [Influenzavirus A](#) e a causa mais comum da influenza (gripe) em humanos.

falar dos direitos do homem, direitos sempre novos e cada vez mais extensos, e justificá-los com argumentos convincentes; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva. Sobre isso, é oportuna a seguinte consideração: à medida que as pretensões aumentam, a satisfação delas torna-se cada vez mais difícil. Os direitos sociais, como se sabe, são mais difíceis de proteger do que os direitos de liberdade (1992, p. 25 e 63).

Ainda questionamos em relação ao índice da demanda reprimida desde o tempo em que trabalham neste Serviço.

Eu percebo que a demanda vinha de um movimento mais tímido e hoje ela vem em um movimento bem acelerado, até pelo trabalho que a mídia faz hoje, com propaganda na televisão, se fala do fenômeno da violência sexual nas Escolas, por isso acho que a tendência é aumentar devido ao trabalho que vem sendo feito no Serviço de Enfrentamento e também ao conhecimento da comunidade que está tendo mais envolvimento com o assunto, com esse tema.

[...] nunca aconteceu de ter tanta gente na demanda e por tanto tempo, a gente consegue perceber que o número de denúncias tem aumentado significativamente por todo um trabalho que os técnicos vem fazendo pra divulgar, pra incentivar a denúncia nas Escolas e as Campanhas que acontecem como a do dia 18 de maio. Quanto mais campanha a gente faz, mais denúncia à gente vai ter, só que ai também tem o outro lado, faz Campanha a pessoa denúncia e ai fica na demanda, fica esperando um ano um ano e pouco pra ser atendido e isso nos incomoda muito.

Há dois anos e 6 meses quando cheguei neste Serviço a demanda reprimida estava em cerca de 35 casos, após esse período o crescimento deste número só tem aumentado, em função da redução do quadro de profissionais, das capacitações realizados por este Serviço para a rede de apoio e também pela divulgação na mídia.

De acordo com os depoimentos percebemos que é recíproca a opinião das profissionais que a demanda reprimida aumentou significativamente desde o tempo em que as técnicas estão inseridas no Serviço, devido à divulgação do tema violência sexual nas Campanhas do dia 18 de maio com a sensibilização da sociedade, com trabalho realizado junto às Escolas com objetivo de conscientização dos alunos, bem como ao número reduzido de profissionais frente a demanda apresentada.

Evidenciamos que a gestão pública possui a obrigação de garantir trabalhadores suficientes para atender a demanda e que o órgão gestor da Assistência Social tem o dever de implantar e implementar uma política de capacitação continuada, qualificando seus profissionais.

Outro ponto relevante se dá em relação aos recursos materiais para o desenvolvimento deste trabalho. O Estado deve prover materiais, assim como espaço físico adequado para os seus servidores e usuários. Visto que a política de Assistência Social e as políticas públicas de atendimento no âmbito da criança e do adolescente foram implementadas para nortear os serviços dedicados a esta população vulnerável e deveriam ser respeitados.

Dessa maneira, se todas as denúncias fossem atendidas, garantiria, portanto os direitos violados dessas crianças e adolescentes, bem como suas famílias que aguardam em lista de espera.

A demanda reprimida, o número reduzido de profissionais, a precariedade dos recursos de trabalho, entre outros entraves expressam a deficiência das políticas de atenção designadas às crianças e adolescentes imersos em contextos de vulnerabilidades. Além desse cenário, não podemos esquecer que as violências continuam em pauta e que há inúmeras crianças sem proteção integral, e vulneráveis tanto as incidências, quanto às reincidências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos no presente Trabalho de Conclusão de Curso apresentar a experiência de estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, bem como, delinear o trabalho realizado pelas técnicas do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no município de Palhoça.

As profissionais desta Instituição buscam prestar atendimento psicossocial e pedagógico qualificado a população infanto-juvenil, resgatando o respeito de que esta população necessita para o desenvolvimento saudável e protetivo, bem como, atendimento aos membros familiares destas vítimas para orientação, prevenção e com a finalidade de resgatar vínculos, quando necessário.

Portanto, na pesquisa apresentada focamos a temática violência doméstica, entre elas a violência física, psicológica, a negligência e discorremos com maior destaque a violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes.

Como apontado durante o trabalho o objetivo geral foi conhecer alguns aspectos da demanda reprimida desta Instituição. Compreendemos que esses objetivos foram alcançados

através dos dados da terceira seção que ilustram os perfis das crianças e adolescentes vítimas de suspeita de abuso sexual no município de Palhoça.

Foi analisado através da primeira seção alguns dos direitos preconizados no Estatuto da criança e do adolescente, que visam à garantia da proteção integral da população infanto-juvenil.

No entanto, através do número de casos de vítimas em lista de espera que aguardam por atendimento especializado podemos verificar que esses direitos são duplamente violados, afinal, as crianças e adolescentes além de sofrerem a violência do abuso, ainda necessitam aguardar pelo atendimento adequado para superar possíveis traumas e conflitos, ou seja, os direitos conquistados através da lei que asseguram a proteção estão sendo cotidianamente violados.

Com relação às expectativas e experiências das profissionais deste Serviço, bem como, os resultados das entrevistas frente à temática da demanda reprimida, podemos diagnosticar sentimentos de “angústia” em relação ao seu elevado índice e quanto aos órgãos responsáveis pela efetividade da Política de Assistência Social que se omite por não contratar profissionais concursados a fim de garantir atendimento de qualidade, através de profissionais efetivos que possam permanecer no Serviço e estabelecer vínculos com as crianças e adolescentes e suas famílias, mas também verificamos opiniões de que esta demanda vem aumentando significativamente devido as Campanhas Nacional e Estadual, bem como, o trabalho realizado pelo Serviço em parceria com Prefeitura Municipal de Palhoça junto as Escolas, creches, locais públicos, em relação à sensibilização da população referente à denúncia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: AGE, 2003. pág. 13 – 66.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social**. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. de A. **Com licença, vamos à luta**. Guia de Bolso/ Telelacri, São Paulo: Iglu, 1998.

AZEVEDO, Maria Amélia e GUERRA, Viviane N. de A. **Violência doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo; Robe, 1995.

_____. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

BRITO, A.M.M et al. **Violência domiciliar contra crianças e adolescentes: um estudo de um programa de intervenção**. Ciência, saúde coletiva, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a15v10n1.pdf> acesso em 12/09/09 de 2009.

BALLONE, GJ - **Abuso Sexual Infantil**, in.2003)

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro : Campus, 1992.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente-lei8.69/90**. Brasilia: Ministério da Ação Social, 1990.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.869/1990**. Brasília: Ministério da Ação Social, 6a. ed. 2006.

BRASIL. MINISTERIO DA SAUDE. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência Intrafamiliar orientações para a prática em serviço**. Série Cadernos de Atenção Básica, n 08. Brasília Ministério da Saúde, 2001.

CASTRO, Lúcia Maria Xavier de. **Das Medidas Específicas de Proteção.**In: Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995

Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares de Santa Catarina (1999 p.22-23)

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. **A Criança e o Adolescente no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

FLORIO; Souza; Kawamoto. **O Neonato, a Criança e o Adolescente.** EPU - EDITORA PEDAGOGICA E UNIVERSITARIA.2007.

FALEIROS, Vicente de Paula (Coord.).(1997) **Fundamentos e Políticas contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.** Brasília, CECRIA/MJ.

FRAGA, Paulo Desiner. **Violência: forma de dilaceramento do ser social.**In: Serviço Social e Sociedade, nº 78,. São Paulo: Cortez, 2002,44.

FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GESSELE, Cleide. Os Surpreendentes Rumos da Relação de Poder no Cotidiano do Programa Casa de Semiliberdade. Trabalho de Conclusão de Curso. FURB, Blumenau, 2001.

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, V.N.A., **Violência de pais contra filhos procuram-se vítimas.** 2º Ed. São Paulo: Cortez, 1985.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **A violência de pais contra filhos: A tragédia revisitada.** São Paulo: Cortez, 4º ed, 2001.

Guia Escolar Rede de Proteção à Infância (2004 p.36, Claves, CRAMI, A REDE; Abrapia, 1997).

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A Intervenção Profissional do Serviço Social: propondo o debate sobre Ações Sócio-Educativas.** In: IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2004, Porto Alegre/RS. Anais do IX ENPESS. Porto Alegre/RS: PUC/RS, 2004. V. 1. p. 1-9.

MIOTO, Regina. **Família e Serviço Social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XV, nov.n. 55.1997

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. In: Revista Katálysis. Volume 8 nº. 2, Florianópolis. Editora da UFSC, julho/ dezembro 2005.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem: relatórios, laudos e pareceres.** São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.

MENDES, E. G. Historia da criança como Historia de seu Controle. In: MENDEZ, E.G., A. C. G. da (Orgs). **Das Necessidades aos Direitos.** Série Direitos da Criança, n.04. São Paulo: Malheiros Editores, 1994, p 11-32.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O significado social para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: Violência e criança. São Paulo: EDUSP, 2002, p115-124.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 5.ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1998.

MIOTO, Regina Célia T. Famíliae Serviço Social: Contribuições para o debate: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 55, Cortez, 1997.

MORRISON, Andrew R.; BIEHL, María Loreto. **"Custos Sociais e Econômicos da Violência Doméstica: Chile e Nicarágua"**. In: A Família Ameaçada: violência doméstica nas Américas. Banco Interamericano de Desenvolvimento / Fundação Getúlio Vargas. 2000.

OMS, Relatório da Organização Mundial da Saúde, Brasília: Distrito Federal, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sergio (pesquisador da USP)- cienciacultura.bvs.br/pdf/cic. 2008

CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor/organização. – 2. ed. – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2005. – (Série fazer valer os direitos; v.1).

PROJETO TECNICO DO SERVIÇO SENTINELA. Palhoça, 2006, elaborado pelas técnicas do Serviço Sentinela de Palhoça.

PEREIRA, Tânia da Silva. Direito da Criança e do Adolescente: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. Análise de Conteúdo. São Paulo. 2007. p. 228 a 230

_____, Análise de Conteúdo. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SILVA, L.A.P, STANISCI, S.A. (Org). **Para combater a violência: o papel da família e da assistência social na ação junto às crianças e adolescentes**. Brasília: MPAS/ SEAS; São Paulo: FUNDAP, 2000.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Rediscutindo os Instrumentos e as Técnicas em Serviço Social. In: Textos de Teoria e Prática do Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA/ Silvia da Costa Stockinger (Org)- Belém: Ed. Amazônica/UFPA, 2005-10-03. V.1.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SOARES, Bárbara Masumeci. Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

VERONESE. Josiane R, Petry; Costa, Marli M. Morais da. **Quando a vítima é criança ou adolescente- uma leitura interdisciplinar/**. Florianópolis: OAB/ SC. Editora, 2006.

YASBEK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. In: **Cadernos ABONG** (3),- série especial de subsídios à conferência nacional de assistência social- Política de assistência social. Out. 1995, p.7-19.

_____. **As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS** . *Revista Serviço Social & Sociedade*, ano XXV, n° 77, p. 11-29, mar. 2004.

Wellman, M.M.(1993), Child sexual abuse and gender differences: Attitudes and prevalence. *Child abuse & Neglect*, 17, 539-547.

MONTEIRO FILHO, Lauro (2002). Sobre a pedofilia. Disponível em <http://www.observatóriodainfancia.com.br> Acesso em 14/10/2009.

SAFFIOTTI, Heleieh.I.B. No fio da Navalha. In: Madeira, Felicia Reicher (Org.). Quem mandou nascer mulher? Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tentos, 1997.

ANEXOS

1.1 FLUXOGRAMA DO SERVIÇO

